

Aconteceu

Governo tenta acordo com trabalhadores

(Ver Pág. 7)

REFORMA AGRÁRIA:

Primeira iniciativa popular na Constituinte

(Ver Pág. 5)

Ato contra violência no campo reúne

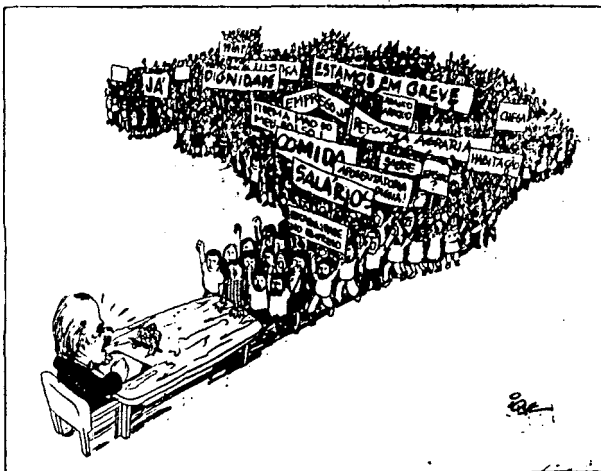
três mil

pessoas em

Conceição do Araguaia - Pará

(Ver Pág. 11)

Ique



Sarney quer

cinco anos

de mandato

(Ver Pág. 9)

Aconteceu

Nº 405 - Abril de 1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloise de Souza Martins
Henrioue Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista



Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

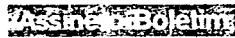
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP



Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ

Constituinte

PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUINTE

Entidades que representam qualquer segmento da sociedade como clubes, sindicatos, associações de classe ou de moradores, e até mesmo um cidadão comum podem participar das discussões e das decisões da Constituinte, mesmo sem mandar emissários a Brasília. Basta folhear o regimento interno, um livrinho de 44 páginas que os 559 constituintes levaram quase dois meses para elaborar, e descobrir como participar da elaboração da nova Carta sem ter sido eleito para essa tarefa.

Há fórmulas mais atraentes para marcar sob pressão o trabalho dos constituintes do que simplesmente procurá-los em Brasília e também em seus estados, para onde voltam nos fins de semana. Qualquer entidade, por exemplo, pode encaminhar as sugestões que pretendem ver incluídas na futura Constituição ao gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Congresso, em Brasília, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 70160.

Ulysses é obrigado pelo regimento a encaminhar essas sugestões a uma das oito comissões encarregadas de preparar os diversos capítulos da Constituição. Mas se alguém achar que o gabinete de Ulysses pode ficar entulhado de cartas, o que poderia tornar lenta a tramitação das sugestões, pode mandá-las diretamente às comissões.

Como também estão autorizados a enviar a Ulysses propostas para a futura Constituição, as Assembléias Legislativas, câmaras de vereadores e tribunais podem servir de intermediários entre as entidades e os constituintes. Mas, atenção, tudo na Constituinte funciona com prazos rigorosos. **As proposições só serão recebidas até o dia 24 deste mês. Ou seja, faltam menos de 20 dias para esse prazo acabar.**

Mais importante do que isso é batalhar para conseguir ser ouvido em qualquer uma das 24 subcomissões em que se dividiram as oito comissões. Enquanto estiverem funcionando no curso dos 65 dias que se contam a partir de 25 de março, quando o regimento entrou em vigor, as subcomissões são obrigadas a destinar de cinco a oito reuniões para ouvir entidades interessadas em discutir temas da Constituição.

Os grupos que pretendem ter influência na elaboração da nova Carta devem procurar meios de acompanhar as discussões que se desenrolam nas subcomissões e nas comissões. A própria constituinte facilita esse trabalho. Além de produzir com a Radiobrás e a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) programas em dois horários, cada um de cinco minutos, nas emissoras de rádio (um, entre 7 e 9 horas e outro entre 12 e 14 horas) e de televisão (um, entre 12 e 14 horas, outro entre 19 e 22 horas), o Serviço de Divulgação da Constituinte tem entre suas obrigações fornecer subsídios às entidades sobre os trabalhos dos parlamentares. Não perca, portanto, o endereço desse serviço: **Senado Federal, 15º andar, telefone 211.3328. Diante de qualquer dificuldade, recorra ao jornalista responsável pela divulgação da Constituinte. Ele se chama Manoel Vilela. (JB - 5/4/87)**



Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições

Presidente: senador Antônio Passos (PDS-PA)
Relator: deputado Raimundo Viana (PMDB-BA)
Secretaria: Sérgio Pinheiro
Local: sala do Conselho de Relações Exteriores
Alta Senador Nilo Coelho — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3259

Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos
Secretaria: Sérgio Braga
Local: sala do Conselho de Agricultura
Alta Senador Nilo Coelho — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3259

Subcomissão de Defesa do Estado, da Soberania e de sua Segurança
Secretaria: José Souto
Local: sala do Conselho de Relações Exteriores
Alta Senador Nilo Coelho — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3259

Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas
Secretaria: Gustavo Albuquerque
Local: sala do Conselho de Finanças
Alta Senador Nilo Coelho — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4323



Comissão da Ordem Econômica

Presidente: senador José Lima (PFL-CE)
Relator: senador Severo Gomes (PMDB-SP)
Secretaria: Heloisa dos Santos
Local: sala do Conselho de Finanças
Alta Senador Nilo Coelho — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4323

Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica
Secretaria: José de Figueiredo
Local: sala do Conselho de Constituição e Justiça
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4315

Subcomissão de Questões Urbanas e Transporte
Secretaria: Marilene Casarigo
Local: sala do Conselho de Legislação Social
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3470

Subcomissão da Política Agrícola e Familiar e da Reforma Agrária
Secretaria: Mauro de Sá
Local: sala do Conselho de Educação e Cultura
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3546



Comissão da Ordem Social

Presidente: deputado Edmar Torres (PFL-PI)
Relator: senador João Inácio Cavalcanti
Secretaria: Luiz de Barros
Local: sala do Conselho de Constituição e Justiça
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4315

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos
Secretaria: Vitor Nassif
Local: sala do Conselho de Minas e Energia
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3022

Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente
Secretaria: Paulo Campos
Local: sala do Conselho de Saúde
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3407

Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Idosos
Secretaria: Carlos Fonseca
Local: sala do Conselho de Assuntos Regionais
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3028



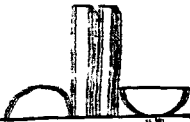
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Presidente: senador Marcondes Gullotta (PFL-PI)
Relator: deputado Auro de Taveira (PMDB-RJ)
Secretaria: Luiz Costa
Local: sala do Conselho de Transportes
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4926

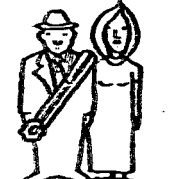
Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes
Secretaria: Sérgio Zarnetta
Local: sala do Conselho de Municípios
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3122

Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação
Secretaria: Heloisa Dias
Local: sala do Conselho de Serviço Público Civil
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-3121

Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso
Secretaria: Antônio Fonseca
Local: sala do Conselho de Transportes
Alta Senador Alexandre Costa — Anexo II — Senado Federal
Telefones: 211-4026



Subcomissão do Poder Legislativo
Secretaria: Maria Lúria
Local: Sala A-1 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-3126



Comissão de Organização do Estado

Presidente: deputado Theodor Nóbis (PFL-AL)
Relator — Senador José Richa (PMDB-PR)
Secretaria: Edson
Local: Sala B — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6977

Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios
Secretaria: Maurício
Local — Sala B-1 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6979

Subcomissão dos Estados
Secretaria: Maria Inês
Local: Sala B-2 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6947

Subcomissão dos Municípios e Regiões
Secretaria — Inês
Local: Sala B-3 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6912

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

Presidente: deputado Oscar Gomes (PFL-MG)
Relator — deputado Raimundo Corrêa Lima (PMDB-PE)
Secretaria: Inês
Local: Sala A — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6920 213-6921

Subcomissão do Poder Executivo
Secretaria: Inês Lacomini
Local: Sala A-2 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6967

Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público
Secretaria: Ilseolina
Local: Sala A-3 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-7004



Comissão da Soberania e das Garantias da Nação e da Mulher

Presidente: deputado Nélio Assis (PFL-MG)
Relator: senador José Paulo Bical (PMDB-RS)
Secretaria: Carlos Brasil
Local: sala D — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-7122

Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais
Secretaria: Regina Beatriz
Local: sala D-1 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6989

Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais
Secretaria: Alina
Local: sala D-2 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6983

Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias
Secretaria: Waldner
Local: Sala D-3 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-7000



Comissão do Sistema Tributário, Organização e Finanças

Presidente: deputado Francisco Donzelles (PFL-RJ)
Relator — deputado José Serra (PMDB-SP)
Secretaria: Maria Afonso
Local: Sala C — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6937

Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas
Secretaria: Jacob
Local: Sala C-1 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6920

Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira
Secretaria: Mariza
Local — Sala C-2 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6971

Subcomissão do Sistema Financeiro
Secretaria: Mariza
Local — Sala C-3 — Câmara dos Deputados
Telefones: 213-6926

INFORMATIVO INESC

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária - CNRA, esteve em Brasília, dia 01/04 (quarta-feira) com o objetivo de entregar, discutir e pedir apoio a líderes, parlamentares e imprensa ao seu documento-proposta para a Constituinte. Estiveram presentes: José Gomes da Silva - ABRA, D. Tomás Balduino - Diocese de Goiás, André Montalvão e Altamir Pettersen - CONTAG, Milton - CPT, INESC e CEDEC. Foram contatados o presidente e primeiro secretário da ANC, os líderes do PMDB na Constituinte, da Bancada do PMDB na Câmara e no Senado, do PDT, do PT, do PC do B e do PCB. Houve entrevista coletiva à imprensa e reunião com cerca de 50 parlamentares que defendem a reforma agrária. Em todos os contatos foi unânime o interesse pelo documento. A Campanha obteve, do primeiro secretário - Deputado Marcelo Cordeiro - o compromisso de que, na próxima semana, o documento será enviado ao Presidente da Constituinte e à Comissão e Subcomissão que tratam do assunto. Os parlamentares presentes à reunião, sugeriram, e a Campanha aceitou, que houvesse uma outra reunião para debater o documento, que ficou marcada para o próximo dia 09/04 (quinta-feira).

Estiveram, também, em Brasília, representantes das entidades que compõem a Coordenação Nacional Povos Indígenas na Constituinte - CNPIC, que aqui consolidaram o documento-proposta do capítulo referente aos direitos dos povos indígenas na próxima Constituição.

Este documento será entregue, no dia 14 de abril, pelas entidades ao Presidente da Constituinte - Deputado Ulysses Guimarães, ao Secretário da ANC - Deputado Marcelo Cordeiro, ao Presidente e ao Relator da Comissão da Ordem Social, ao Presidente Relator da Subcomissão do Negro, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, aos Líderes dos diversos Partidos. Neste mesmo dia será dada uma entrevista coletiva à imprensa para sua divulgação.

No dia 22 de abril, o documento será debatido com os parlamentares, em reunião especialmente convocada para esse objetivo.

INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos
SQS - Supercenter Venâncio 2.000 - Bloco B N5 50 - Salas 435/9
70333 - Brasília - DF
Telefone: (061) 226.8093

PROPOSTA POPULAR Nº 1 É SOBRE REFORMA AGRÁRIA

A primeira proposta constitucional de iniciativa popular já está pronta para sair às ruas em busca de um mínimo de 30 mil assinaturas necessárias para que seja aceita na Assembléia Nacional Constituinte. É o projeto de reforma agrária elaborado pela Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA), que reúne 19 entidades. A proposta foi encampada pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. A proposta visa a introduzir na Constituição um capítulo específico sobre a reforma agrária, na parte que trata da Ordem Econômica e Social. Contém 17 artigos e traz algumas inovações polêmicas, como a que limita a cada cidadão o direito de ser proprietário de um máximo de terras correspondente a 60 módulos regionais, o que, atualmente, varia, por município, de 300 a 6.500 hectares. O imóvel superior a esse limite e que permanecer totalmente inexplorado por três anos consecutivos estará sujeito a confisco. Os demais imóveis que não cumprirem com sua "obrigação social" serão desapropriados por interesse social e pagos com Títulos da Dívida Agrária. Mas a proposta exclui da desapropriação os imóveis que não ultrapassem três módulos rurais. Pelos dados do Incra, atualmente 3,8 milhões dos 4,4 milhões de imóveis cadastrados se enquadram nessa faixa. A proposição estabelece a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de, no mínimo, cinco por cento da receita prevista no orçamento da União. (O GLOBO - 2/4/87)

PLENÁRIOS VÃO COLHER ASSINATURAS PARA A 'INICIATIVA POPULAR'

Representantes dos vinte plenários estaduais Pró-Participação Popular na Constituinte (fóruns de entidades que se articulam desde 1985 para pressionar o Congresso constituinte) estarão reunidos em Br-

sília, na próxima sexta-feira, para aprovar um calendário de mobilizações. A intenção dos plenários é recolher assinaturas em todo o país para propostas a serem apresentadas diretamente aos constituintes, a chamada "iniciativa popular". Os plenários estaduais - e outras entidades que os apóiam - estão discutindo a concentração de esforços em torno de cinco temas, a serem objeto de propostas constitucionais. São eles: direitos dos trabalhadores, reforma agrária, reforma urbana, direito à informação e instrumentos de participação popular nas questões sócio-político-econômicas nacionais. De acordo com o calendário de mobilizações, para cada um destes temas haverá uma comissão coordenadora nacional, que elaborará as propostas e imprimirá folhas numeradas para a coleta de assinaturas. Essas comissões encaminharão cópias aos Estados - para início da coleta de assinaturas - e, mais tarde, entregarão as propostas às oito comissões temáticas do Congresso constituinte, em Brasília. Paralelamente, serão organizados atos públicos de lançamento das campanhas de assinaturas, nos bairros das capitais e no interior do país. Os plenários deverão preparar um "dia nacional da iniciativa constituinte popular", um outro "dia nacional de entrega das iniciativas" e caravanas populares a Brasília (para assistirem à votação das emendas, em primeiro e segundo turnos). (FSP - 30/3/87)

CNBB JÁ ORIENTA AS DIOCESES SOBRE A "INICIATIVA POPULAR"

A Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), está enviando orientação técnica às 235 dioceses brasileiras para permitir que as pastorais, comunidades de base e movimentos ligados ao laicato católico utilizem corretamente o instrumento da "iniciativa popular" que baseada no ar-

tigo 23 do regimento interno do Congresso constituinte, assegura a grupos de 30 mil cidadãos - sob o patrocínio de três entidades legalmente reconhecidas -, a apresentação de projetos de emenda à nova Constituição. De acordo com essas orientações, as emendas deverão ser apresentadas no período de trinta dias após a publicação do projeto da nova Constituição, o que deverá ocorrer, pelos cálculos da CNBB, entre o final de junho e a primeira quinzena de julho próximo. A recomendação da Igreja é a de que as emendas sejam redigidas nos formulários próprios que serão preparados pelo Congresso constituinte - para uso dos próprios parlamentares - evitando-se, assim, erros técnicos que criem futuros problemas de tramitação. Entre 30 de junho e 15 de julho, os organizadores das listas irão protocolar as emendas na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Os funcionários do Congresso verificarão, neste momento, se o tema da emenda é pertinente ao processo constituinte, e se as listas de assinaturas, assim como as três entidades patrocinadoras, atendem aos dispositivos regimentais. Se a comissão não aceitar receber a emenda, o fato será comunicado em plenário, pelos parlamentares interessados, e passará a decorrer o prazo de três sessões para a apresentação de recurso, com a assinatura de pelo menos 56 constituintes. Caso a emenda seja aceita, passará a integrar o conjunto de emendas que terão parecer favorável ou contrário da Comissão de Sistematização, até que ocorra a votação em plenário. (FSP - 4/4/87)

MILITARES E CONSTITUINTE

O ex-ministro Armando Falcão acha que nada mudará na nova Constituição em relação ao papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. "Tudo indica que a tradição será mantida", afirma, acreditando que a Constituinte tenderá a não fazer modificações no capítulo que trata do assunto, te

se polêmica já nas primeiras discussões da Comissão Arinos. "As Forças Armadas se destinam a defender a soberania externa e, internamente, têm a função de preservar os poderes constitucionais, a lei e a ordem", disse ontem o ministro da Justiça do governo Geisel. Ele lembrou que os ministros militares constituíram uma comissão - formada por um general, um almirante e um brigadeiro - "para explicar aos congressistas as suas idéias". Na verdade, o lobby militar no Congresso se instalou há mais de um ano, quando começaram os primeiros movimentos pela aprovação de uma anistia ampla a militares cassados, o que acabou acontecendo exatamente como a cúpula das Forças Armadas queria, resultado do trabalho eficaz dos lobistas junto aos parlamentares. (JB - 6/4/87)

Política Nacional

ENCONTRO DE SARNEY COM SINDICALISTAS

O presidente José Sarney no encontro de ontem com os dirigentes das três centrais sindicais - CUT, CGT e USI - e nove conferências nacionais de trabalhadores, reunidos na Granja do Torto, propôs, indiretamente, a retomada de negociações em torno do entendimento entre governo, empresários e trabalhadores para a formulação da política econômica brasileira. "Talvez seja possível procurar outra vez o consenso para fixarmos uma agenda política, econômica e social entre os diferentes segmentos da sociedade que o governo se encarregaria de executar", afirmou o presidente aos sindicalistas, segundo relato do porta-voz Frota Neto, que anotou as declarações de Sarney. Diante das críticas desafiadas pelos dirigentes sindicais em relação aos rumos tomados pelo Plano Cruzado, especialmente as chamadas medidas de ajuste adotadas em novembro passado, Sarney fez uma auto-crítica. Reconheceu que o go

verno avaliou mal as conseqüências advindas da brusca elevação dos preços do combustível, cigarros, automóveis e bebidas, que desencadearam novamente a espiral inflacionária. Apesar da disposição do presidente em discutir o pacto, os dirigentes chegaram ao Torto mais dispostos a ouvir respostas concretas do presidente às suas reivindicações. "Não venho aqui para almoçar", afirmou o presidente da CUT,

Jair Meneguelli, ao chegar à granja. E avisava que a intenção da CUT não era fazer um pacto com o governo, nem muito menos dar seu aval para a política econômica. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, foi mais moderado: "Vimos para ouvir e depois analisar conjuntamente as respostas do presidente", disse antes da reunião. (FSP - 5/4/87)

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

01. Reajuste geral dos salários para garantir a reposição das perdas a partir da última data-base anterior ao Pla no Cruzado.
02. Reajuste mensal para os salários, pensões e aposentadorias com base na inflação real.
03. Reajuste dos proventos de aposentados e pensionistas, de forma a recuperar o nível de 1979, garantindo vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo vigente.
04. Estabelecimento de um índice real nacional da inflação, elaborado com a participação do Dieese.
05. Salário mínimo real, de acordo com os cálculos do Dieese.
06. Congelamento real dos preços de gêneros de primeira necessidade e tarifas públicas, com tabelamento dos aluguéis e garantia de abastecimento.
07. Reforma Agrária com a participação e sob controle dos trabalhadores.
08. Preservação das empresas estatais, contra a privatização e as distorções.
09. Fim da especulação financeira.
10. Fim imediato da sangria provocada pela dívida externa.

Sociais

01. Garantia e estabilidade no emprego.
02. Jornada máxima de trabalho de 40 horas.
03. Ensino em todos os níveis e saúde pública gratuita para todos. Imediata adoção de políticas para a educação, saúde, habitação e previdência social voltadas para as necessidades da maioria da população.
04. Fim da locação de mão-de-obra e do trabalho temporário, com contratação direta de todos os trabalhadores (revogação da Lei 6019/73).
05. Manutenção das aposentadorias por tempo de serviço, independente do limite de idade.

Políticas

01. Liberdade e autonomia sindical.
02. Fim da Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, decretos-leis e medidas de emergência.
03. Acesso ao movimento sindical, de forma gratuita, aos meios de comunicação de massa durante o funcionamento da Assembléia Constituinte.
04. Extinção dos processos instaurados contra sindicalistas com base na Lei 4330 e demais mecanismos de punição a grevistas.

(O GLOBO - 5/4/87)

CENTRAIS SINDICAIS DIVERGEM SOBRE ENDIVIDAMENTO EXTERNO

A cúpula do movimento sindical brasileiro chega hoje à Granja do Torto para o encontro com o presidente José Sarney dividida em pelo menos uma questão: a dívida externa. Apesar dos dirigentes se unirem em torno da bandeira do "fim da sangria provocada pela dívida", os presidentes das três centrais sindicais - CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e USI (União Sindical dos Trabalhadores) - e das nove confederações nacionais de trabalhadores têm enfoques diferentes quanto ao tratamento a ser dado à dívida. Existem duas posições definidas. A CGT e parte das confederações nacionais defendem a suspensão do pagamento do principal e dos juros por cinco anos, paralelamente à realização de uma auditoria da dívida. A Central Única dos Trabalhadores, por seu lado, não aceita apenas a suspensão. Quer o não-pagamento do total da dívida. (FSP - 4/4/87)

SARNEY NEGOCIA MANDATO

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, começa a negociar ainda esta semana com a bancada de seu partido, com o PFL e com o PTB um pacto político visando estipular em cinco anos a duração do mandato do presidente José Sarney. Ulysses vai esperar apenas o início dos trabalhos das comissões temáticas da Constituinte, previsto para quinta-feira. O acerto para o pacto - que deverá constar das Disposições Transitórias da nova Constituição - foi feito entre Sarney e Ulysses durante a viagem dos dois em companhia do presidente de Portugal, Mário Soares, a Carajás (PA). Segundo a **Folha** apurou, Sarney e Ulysses conversaram durante uma hora tratando exclusivamente da duração do mandato do presidente da República e da recomposição da Aliança Demo-

crática. O presidente da Constituinte teria recebido, então, a incumbência de procurar sua bancada e os outros partidos. Feitas as contas, fica estabelecido o ano de 1987 como o da elaboração da nova Constituição, o de 1988 como o de consolidação da Carta e o de 1989 como o da eleição presidencial. (FSP - 31/3/87)

ELEIÇÃO DOS METALÚRGICOS DE SP

A aliança com o PDT, PCB e PC do B dividiu irremediavelmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT na disputa pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Duas chapas vão concorrer com militantes do PT e da CUT em seu interior. A primeira ligada ao Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (Momsps) e a segunda encabeçada por Lúcio Bellentani, da direção nacional do PT e da CUT, e que conta com o apoio de onze diretores dissidentes da atual diretoria do sindicato. A aliança entre o grupo de Bellentani, o PDT, PCB e PC do B foi sacramentada em reunião realizada em frente à Ford, na zona leste, anteontem à tarde. Além das duas, disputará a eleição uma terceira chapa, ligada ao presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e presidente licenciado do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. O candidato dessa chapa deverá ser o presidente em exercício da entidade, Luiz Antonio Medeiros. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é o maior da América Latina. Congrega 370 mil operários, tem 105 mil filiados e movimenta cerca de Cz\$ 170 milhão por ano. A eleição da nova diretoria está prevista para o mês de junho, em data ainda a ser definida. (FSP - 2/4/87)

METALÚRGICO DO ABC FAZ ACORDO

Apontados como uma das categorias mais combativas do país, os metalúrgicos do ABC Paulista - pólo industrial onde estão

concentradas as indústrias montadoras de automóveis - resolveram este ano acatar a proposta patronal, considerada insatisfatória por eles próprios. A contragosto, os operários de São Bernardo do Campo autorizaram os dirigentes sindicais a assinar uma nova convenção coletiva de trabalho onde terão um aumento de 5%, além da variação do INPC nos últimos 12 meses, estipulada em 83%, incluindo os dois gatilhos já detonados. A decisão do ABC Paulista - que deverá ser seguida por outros oito sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores e que representam 420 mil operários - não significa "nenhuma demonstração de covardia ou desmobilização sindical", segundo diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Ao propor a aceitação do acordo, eles levaram em conta uma conjuntura extremamente desfavorável, com a produção da indústria automobilística em queda (pela redução da demanda de automóveis e pela falta de peças), o que está levando à ameaça de demissão em massa nas montadoras. Os 200 membros das comissões de mobilização organizadas pelo sindicato consideram que a categoria "continua em pé de guerra, insatisfeita com os salários, mas há muita gente parada nas fábricas por falta de produção". Na avaliação dos sindicalistas, uma greve da categoria neste momento conseguiria, no máximo, mais três pontos percentuais de aumento real. (JB - 6/4/87)

METALÚRGICOS

Cerca de 10 mil dos 45 mil metalúrgicos baianos, que reivindicam aumento salarial de 100% e criação de comissões de fábrica, entraram em greve, paralisando inicialmente a Caraíba Metais, a Alcan, a Robert Bosch, principais empresas do setor. Para se prevenir contra os piquetes, a Caraíba Metais, a Alcan e a Robert Bosch, todas situadas na região metropolitana de Salvador, solicitaram proteção policial. Enquanto na Caraíba e na Alcan a ação da

Polícia Militar foi elogiada pelos grevistas, pois se limitou à observação do movimento, na Robert Bosch, no Centro Industrial de Aratu, houve confronto entre manifestantes e policiais. (JB - 2/4/87)

PETROLEIROS: NEGOCIAÇÃO

A Petrobrás não acatou a proposta dos petroleiros de reequiparação salarial aos níveis de 1979 para os funcionários de nível médio e em mais uma reunião com os líderes sindicais na sede da empresa retomou proposta anterior, oferecendo 6% sobre os 38% concedidos em março a todos os empregados, o que significa um aumento de 46,28% sobre os salários de fevereiro. Os sindicalistas levarão a proposta para ser discutida com as bases, mas desde já a Petrobrás considera encerradas as negociações. A empresa argumenta que a proposta dos petroleiros onera muito a folha de pagamentos da empresa. No entanto, prometeu até agosto fazer uma pesquisa no mercado para corrigir possíveis distorções salariais no dissídio de setembro. (JB - 2/4/87)

DIRIGENTE SINDICAL É ASSASSINADO COM TIROS

Antonio Ubirajara Mota Faria, diretor do Conselho Fiscal e um dos prováveis candidatos à sucessão de João Lins Pereira no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (SP), foi morto na noite de terça-feira por dois desconhecidos, com quatro tiros. O crime ocorreu na rua Amadeu Massaroto, Jardim Sapopemba (zona leste da capital), quando "Bira", como era conhecido, deixava sua residência. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul ninguém quer arriscar o motivo do assassinato. Existe apenas a desconfiança de que não se tratava de assalto. (FSP - 2/4/87)

LÍDER DE VIGILANTES É INDICIADO E PODE SER IMPEDIDO DE TRABALHAR

Indiciado pela Polícia Federal em dois inquéritos, o líder sindical Francisco Domingos da Silva, o Chico Vigilante, morador da cidade-satélite de Ceilândia, corre o risco de ser condenado a penas que variam de 15 dias a dois anos de prisão. Se for condenado, Chico não poderá mais exercer a profissão de vigilante, que exige bons antecedentes, privando sua família da única fonte de renda de que dispõe: Cz\$ 2 mil 600 que ele ganha por mês.

Chico está sendo indiciado, juntamente com outros sete líderes sindicais, no Inquérito Policial Militar que tenta apurar as responsabilidades pelo badernaço, dia 27 de novembro do ano passado. A Polícia Federal promove o inquérito-apesar de o governo do Distrito Federal ter inocentado os líderes sindicais. O outro inquérito investiga sua participação na greve geral do dia 12 de dezembro quando Chico ficou preso por 24 horas no Núcleo de Custódia com quatro presos comuns, mesmo tendo o direito a prisão especial. Francisco Domingos da Silva é maranhense de Vitorino Freire, onde era lavrador, até se mudar para Brasília, tornando-se vigilante. Em 1979, quando os vigilantes organizaram a primeira greve de Brasília depois de 1964, tornou-se líder da categoria. (JB - 4/4/87)

Trabalhadores Rurais

PROTESTO CONTRA VIOLÊNCIA NO CAMPO REÚNE TRÊS MIL NO PARÁ

Mais de três mil lavradores compareceram à praça principal da cidade de Conceição do Araguaia, ontem, para protestar contra a violência no campo, que só em 1986 provocou a morte de 71 camponeses na área, e defender a reforma agrária que, anunciada pelo governo há um ano, ainda não conseguiu assentar na região nenhuma família sem que houvesse derramamento de sangue.

A manifestação durou cinco horas e foi marcada por denúncias de ameaças de morte a lideranças sindicais, padres e agentes pastorais, além da existência de milícias particulares a serviço de fazendeiros e grileiros no sul do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, onde a prepotência dos proprietários e arbitrariedade policial se aliam contra os trabalhadores sem terra e os pequenos agricultores. Estavam presentes os deputados federais Ademar Andrade (PMDB-BA), Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ) e dois deputados estaduais, Avelino Ganzer (PT) e João Batista (PMDB), ambos com reduto eleitoral em outras regiões do estado. O documento, assinado por membros da Comissão Pastoral da Terra, líderes comunitários e sindicais e políticos, pede que Ulysses consiga do presidente José Sarney providências para que sejam presos e julgados imediatamente todos os pistoleiros, mandantes de crimes e policiais acusados de violências contra lavradores. O relatório reivindica também a legitimação das posses e revisão de incentivos fiscais, além da extinção do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat) e a demarcação das terras dos índios. (JB - 6/4/87)

AVRADOR NEGA PARTICIPAÇÃO NA MORTE DE DELEGADO NO MA

lavrador José Pereira da Silva foi apresentado aos jornalistas ontem, em São Luís (MA), pela polícia maranhense e negou que tenha participado do assassinato do delegado regional de Bacabal, Paulo Augusto Melo, ocorrido na última quarta-feira. Ele afirmou que estava em sua casa quando foi convocado pelos vizinhos - que identificou apenas como Elesbão e "Zé da Nuca" - para participar do bloqueio da rodovia BR-316 (Pará-Maranhão), onde teria sido baleado o delegado. José Pereira disse que os lavradores do povoado Lago do Boi, no município de São Luiz Gonzaga, 320 km ao sul de São Luís, estavam revol-

tados com fazendeiros que expulsaram posseiros e destruíram plantações de arroz, milho e mandioca e incendiaram as seis casas. As 12h de quarta-feira os trabalhadores rurais resolveram bloquear a estrada. Uma kombi que transportava carga e passageiros entre Bacabal e São Luís Gonzaga foi retida no bloqueio. Para passar, seu motorista teria entregue uma caixa com garrafas de cachaca aos lavradores. Quando o delegado chegou para acabar com o bloqueio, os trabalhadores rurais estavam embriagados. (FSP - 4/4/87)

MORTOS EM TIROFETIO EM FAZENDA DO PARÁ ERAM POLICIAIS EM BRASÍLIA

A superintendência regional da Polícia Federal negou ontem que os dois policiais mortos por posseiros da Fazenda Nazaré, próximo a Conceição do Araguaia, no sul do Pará, a 780 quilômetros desta capital, fossem agentes do órgão. Mais tarde, soube-se que os dois eram funcionários da Secretaria de Segurança Pública de Brasília e a sua identidade foi revelada: Bruno Erckam Fernandes era lotado na 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul) e Cláudio Acioly, na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. As circunstâncias em que foram mortos ainda não foram bem esclarecidas nem pelos policiais sediados em Conceição do Araguaia, nem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo o padre, Bruno e Cláudio se faziam passar por agentes federais, juntamente com um outro homem conhecido por Marcos, para intimidar posseiros. O padre Rezende disse que "esse confronto era previsível", pois a fazenda tem áreas em litígio há muito tempo e os posseiros vinham sofrendo constantes ameaças. No dia 17 de fevereiro, Rezende mandou uma carta ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, denunciando a situação. Documento com o mesmo teor foi encaminhado ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao então governador do Pará, Jáder Barbalho, "mas nenhuma providência foi tomada por essas autoridades", disse o padre. No

dia 6 de dezembro, Rezende e o Sindicato Rural de Conceição do Araguaia escreveram também ao coordenador regional do Incra e presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), Ronaldo Barata, cobrando uma solução desses órgãos para o problema da Fazenda Nazaré, igualmente sem resultado. (JB - 1/4/87)

FAZENDEIROS ACUSADOS DE MANDAR MATAR VEREADOR DESAPARECEM

Os fazendeiros José do Rego Neto e Charles Guerra de Farias, que são acusados de mandar matar o advogado e vereador Evandro Cavalcanti, do município pernambucano de Surubim, a 120 quilômetros da capital, não compareceram ao fórum da cidade, ontem, onde deveriam depor perante o juiz da comarca, Fernando Cerqueira, na primeira fase do processo instaurado para apurar responsabilidades no crime. Agora, os dois poderão ser processados à revelia. Eles foram intimados por edital, por que desapareceram do município uma semana depois do assassinato. (JB - 4/4/87)

Igrejas

IGREJA CHILENA CRITICA VIOLÊNCIA NA VISITA DE JOÃO PAULO 2º

A Igreja Católica chilena protestou ontem pelo "ataque incrível contra o papa João Paulo 2º" representado pela violência dos choques entre policiais e manifestantes opositoristas, anteontem, no parque O'Higgins, zona sul de Santiago, capital do país, que deixaram cerca de 100 pessoas feridas, entre elas 38 policiais. Enquanto o papa rezava uma missa pela consagração da primeira beata chilena, irmã Maria dos Andes, os policiais reprimiram grupos de manifestantes que jogavam pedras, utilizando bombas de gás lacrimogêneo, jatos de água e tiros para o ar. "Ocorreu um fato insólito no Chile. Poucas

centenas de pessoas quiseram impedir que dezenas de milhares de fiéis exercessem o primeiro dos direitos humanos: o direito de expressar sua fé", dizia a nota assinada pelo cardeal de Santiago, Juan Francisco Fresno, e pelo presidente da Conferência Episcopal chilena, Bernardino Pinera. A Igreja não identificou os responsáveis pelo início dos conflitos. Na manhã de ontem, o pontífice chegou a Punta Arenas, ao sul do Chile, protegido por cerca de trezentos homens da polícia antimotins. Em uma homília para milhares de peregrinos chilenos e argentinos, João Paulo 2º condenou explicitamente a "tortura física e moral", pela primeira vez desde que chegou ao Chile, sem fazer qualquer referência ao governo militar chileno, acusado pela Anistia Internacional - organização que defende o respeito aos direitos humanos em todo o mundo - de torturar presos políticos. (FSP - 5/4/87)

PAPA DEFENDE SOLUÇÃO PACÍFICA PARA PROBLEMAS SOCIAIS

Com fisionomia tensa, talvez resultado dos violentos acontecimentos dos últimos dias, João Paulo 2º teve ontem um encontro com a Teologia da Libertação no Chile. Participou de uma concentração de trabalhadores em Concepción, no sul do país. E junto a ele, no palanque, estavam bispos considerados a linha de frente do setor progressista da hierarquia chilena. O papa falou das "legítimas reivindicações sindicais", mas advertiu que problemas sociais não se resolvem com violência. Entre eles d. Carlos Camus, bispo de Linhares, conhecido e insistente crítico do regime militar chileno. Uma semana antes da chegada do papa, d. Camus voltou à carga em suas críticas, criando situações de conflito dentro do próprio episcopado. Falou que o Chile vive situações de guerra e por isso "de certo modo" são justificáveis ações de guerra. Houve interpretações de que o bispo endossava atos de violência contra o regime. Anteontem à tarde, horas antes da chegada do papa, a po-

lícia reprimiu com jatos de água uma manifestação de protesto realizada por professores demitidos e familiares de presos políticos, diante da catedral de Concepción. Cerca de 350 mil trabalhadores (quinhentos mil segundo a polícia) participaram do "Encontro com o Mundo do Trabalho", incluindo os principais dirigentes sindicais do país, realizado pela manhã no hipódromo de Concepción. O papa não se referiu direta ou indiretamente à Teologia da Libertação. Preferiu pedir que se crie uma "civilização do amor". Afirmou que "só o amor, a exemplo de Cristo, é capaz de dar uma solução autêntica e duradoura" aos problemas dos trabalhadores. Declarou conhecer as "legítimas reivindicações sindicais, no que respeita à defesa dos direitos dos trabalhadores", mas lembrando que "aos direitos correspondem deveres". (FSP - 6/4/87)

IGREJA CENSUROU DISCURSO DE LEIGOS

Apesar da evidente ênfase política antip governamental que a viagem do papa adquiriu logo no Chile, a Igreja censurou os discursos que seriam feitos por representantes da comunidade diante do Pontífice, tentando amenizar assim as críticas ditas ao regime. Em alguns casos, porém, os leigos desobedeceram a censura e, improvisando ou lendo novos textos, disseram o que quiseram a João Paulo III. A censura foi feita pelo Núncio Apostólico (embaixador do Vaticano), Angelo Sarano, e pelo Arcebispo de Santiago, cardinal Juan Francisco Fresno. Eles cortaram parágrafos inteiros, por exemplo, do discurso de Luisa Riveros, moradora de um dos bairros pobres de Santiago. Ela, entretanto, resolveu levar outro para o encontro com o papa. Eu resolvi mudar o discurso aprovado pelo Núncio e por monsenhor Fresno porque achei que ficaram faltando muitas coisas. Nenhum dos dois mora aqui nas populações (bairros pobres e favelas da periferia), então não sabem como vivem.

Monsenhor Fresno já nos visitou, mas uma coisa é vir e olhar e outra é viver esta realidade - explicou mais tarde Luisa. No discurso, Luisa falou dos principais problemas que os habitantes das populações sofrem, destacando a repressão policial constante e a extrema pobreza. Sem meias palavras, ela pediu o fim da ditadura militar e que o papa intercedesse pelos presos políticos, especialmente por 14 que foram condenados a morte. Outros oradores escolhidos nas comunidades eclesiais de base também denunciaram que tiveram de submeter seus discursos previamente, mas a Igreja negou que essa revisão significasse propriamente uma censura. Mas também houve censura de discursos e outras divergências na organização do encontro do papa com a juventude, no Estádio Nacional. Inicialmente, esse evento seria organizado pela Pastoral Juvenil de Santiago, mas a comissão organizadora da visita acabou tomando a si toda a responsabilidade direta, por discordar do que estava sendo preparado. (JB - 5/4/87)

CEBS BUSCAM UNIR FÉ E AÇÃO POLÍTICA

Em duas ocasiões nesta sua visita ao Chile, o papa João Paulo 2º advertiu as CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) de que devem evitar a tentação de se identificar com partidos e posições políticas que podem ser respeitáveis, mas que não representam a única expressão válida da projeção evangélica sobre a vida e as posições políticas do país. Este recado do papa dirigiu-se também às CEBS brasileiras, cerca de 80 mil, as mais numerosas do continente, presentes em todas as regiões do país. No entanto, a união entre a fé cristã e a militância política, não necessariamente partidária, constitui uma das prioridades das CEBS brasileiras, tendo sido um dos temas centrais do seu 6º encontro nacional, realizado em julho do ano passado na cidade de Trindade (GO). Uma pesquisa feita durante este

encontro pelo sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, do ISER (Instituto de Estudos da Religião), do Rio de Janeiro, indicou que, nas CEBS, há militantes de vários partidos e não somente do PT, e também pessoas sem atuação partidária. (FSP - 4/4/87)

Índios

DIA NACIONAL DE REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

A Fundação Nacional do Índio não funcionará para o público externo, hoje, quando os funcionários debaterão aspectos relacionados com a problemática indígena. O "Dia Nacional de Reflexão sobre a Questão Indígena" é, na opinião do presidente do órgão, Romero Jucá Filho, "um momento dos mais importantes porque serão discutidos o desenvolvimento comunitário, a demarcação de terras e a assistência do Governo aos 220 mil índios brasileiros". A iniciativa é da Associação Nacional dos Servidores da Funai - Ansef, cujo presidente, Lourival Silvestre Sobrinho, considera que a data agrega-se, na prática, a várias ações já em curso visando melhorar a qualidade de vida dos silvícolas. Também serão abordados temas relacionados com a situação dos quatro mil servidores da Funai em todo o País. (CORREIO DO BRASIL - 25/3/87)

ÍNDIO PERDE TERRA MAS GANHA VERBA

A comunidade indígena Parakanã (250 índios), que foi obrigada a se transferir de suas antigas reservas em face do alagamento de parte delas pelo reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA), será ressarcida em dinheiro e projetos de assistência pelo período mínimo de cinco anos, até que adquira autonomia e autogestão sobre suas necessidades de sobrevivência. Isto é o que ficou acertado através de convênio assinado pelo presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá

Filho, e o presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, com valor inicial estimado em seis milhões de cruzados, totalmente financiados pela empresa energética. O Programa de Apoio à Comunidade Parakanã, criado pelo convênio /Funai/Eletronorte, é dividido em três etapas: uma, para execução imediata, como resposta às inquietações dos índios; outra, com ações a médio prazo, decorrentes de estudos específicos para a implantação de atividades sanitárias, educacionais e econômico-produtivas; e uma terceira, com recursos previstos no mesmo valor da etapa anterior, a ser programada na época, com participação direta da comunidade e após uma avaliação das etapas executadas. (CORREIO BRAZILIENSE - 27/3/87)

FUNAI CRIA COMISSÃO

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assinou portaria, ontem, instituindo a Comissão Organizadora de Eventos Ligados à Discussão da Questão Indígena, destinada a fornecer dados ao Congresso Constituinte. O índio Ianacolá Rodarte foi designado presidente da comissão - ele é também chefe de gabinete da presidência da fundação. A mesma portaria também designou para integrar a comissão os servidores Roeff Sá, Eraldo Fernandes da Silva, Marta Gontijo, Márcia Dode Becker e o índio Jeremias Tsiboapré. Segundo Jucá Filho, "no momento em que o Congresso Constituinte está em Brasília é nosso dever enviar informações aos parlamentares". A comissão constituída irá se reunir periodicamente na sede da Funai em Brasília, para tratar da elaboração de informações a serem remetidas aos constituintes, além de acompanhar os trabalhos de grupos indígenas interessados em fornecer subsídios aos parlamentares auxiliando-os em suas reuniões. (CORREIO DO BRASIL - 25/3/87)

ÍNDIO DE NOVELA CAUSA PROTESTO DA TRIBO KRAHÔ

Milhares de brasileiros assistem, diariamente, à novela Hipertensão, da rede Globo, na qual o ator Stênio Garcia interpreta o personagem Chico, um índio da tribo Krahô. Porém, o personagem não vem agradando aos índios desta tribo que, representados por Aleixo Phóhi, Kunkrá, Haporo, Poih e Curã, que estiveram ontem à tarde, no Museu do Índio, deixaram bem claro que o Chico deturpa, totalmente, a imagem da tribo Krahô e seus valores culturais. A tribo Krahô existe e fica localizada no norte de Goiás. A sentada quilômetros de sua aldeia, precisamente, na cidade de Itacajás, Goiás, os índios podem assistir a novela da Globo. Segundo o cacique Aleixo Póhi, todos estão preocupados com a imagem errada que o índio Chico passa ao público brasileiro, "porque a novela é uma coisa e o índio é outra, diferente. Eu não sou novela, sou índio". A principal questão levantada pelos Krahôs refere-se à criação do personagem sem um maior aprofundamento do cotidiano da tribo e seus valores culturais, como revelou Aleixo: Como eu respeito o povo branco, merecemos o respeito deles. Deveria ter sido feita uma pesquisa entre nós, para ficar um personagem bonito. (JORNAL DOS SPORTS - 27/3/87)

ARREDIOS E CINTA-LARGA

A Funai deslocou uma equipe de sertanistas, ontem, para a divisa de Rondônia com Mato Grosso, a fim de tentar contato com uma tribo de índios arredios que vaga pela região e ameaça entrar em choque com os Cinta-Larga do posto indígena Rio Preto. Os índios já incendiaram barracões e atiraram flechas contra o posto, criando um perigoso clima de tensão. (FSP - 1/4/87)

Habitação

POLÍCIA DE JÂNIO MATA TRABALHADOR

Um homem morreu baleado - o pedreiro Adão Manoel da Silva, - e pelo menos dez outras pessoas ficaram feridas, no começo da tarde de ontem, durante conflito na zona leste de São Paulo, quando um contingente de cerca de 150 guardas metropolitanos tentou desalojar os invasores que há três semanas ocupam terreno da Prefeitura de São Paulo. Os guardas chegaram ao local entre 11h30 e 12h, transportados em caminhões e em ônibus da CMTC. Segundo relato de dirigentes regionais do Partido Comunista do Brasil (PC do B) - que organiza a ação de parte dos invasores - transmitido pelo presidente estadual do partido, Fernando Pupo, e de acordo com afirmações de membros do Movimento dos Sem-Terra que têm sede na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no vizinho bairro do Coruá, os policiais teriam espancado alguns dos invasores e foram apedrejados, iniciando então os disparos. Os tiros teriam partido inicialmente de três homens em trajes civis que desembarcaram de um Opala Comodoro na rua Plácido Parreira de Lima, que dá acesso ao terreno em litígio. Dois deles usavam jaquetas "jeans" e calças azuis, enquanto o terceiro se destacava por usar uma jaqueta listrada de branco e vermelho, segundo a moradora Nancy Arboc. "Depois que eles atiraram, todos os outros começaram também. Um soldado pedia pelo amor de Deus para eles pararem, mas o comandante mandava atirar", diz a testemunha. (FSP - 31/3/87)

BISPO EXORTA RESISTÊNCIA

"Fechem os guardas-chuvas. Que a água caia sobre nós e lave o povo de todo seu sofrimento", ordenou, com lágrimas nos olhos, dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Zona Leste da capital, sendo obe-

decido de imediato por uma multidão de pelo menos 10 mil posseiros que se concentrou ontem em São Miguel Paulista (Zona Leste), na maior reunião desse tipo já ocorrida no país. Sob chuva fina, eles ouviram durante uma hora exortações à "resistência" nos terrenos ocupados e até mesmo à invasão da sede da Secretaria Estadual de Habitação, caso o secretário Adriano Branco não vá ao local no próximo domingo, com uma decisão oficial sobre a questão das ocupações. O secretário era esperado ontem, mas não compareceu à assembléia dos posseiros, que reuniu apenas uma décima parte das mais de 100 mil pessoas que participam da maior onda de invasões da história da cidade. "Querer conter este movimento com força policial é no mínimo uma covardia", desabafou, irado, dom Angélico. Em seu discurso, ouvido em silêncio pela multidão, ele culpou "o descaso, a preguiça daqueles que não fazem a reforma agrária" pela perigosa situação que se criou em um mês em toda a região leste da cidade, a mais pobre e densamente povoada de São Paulo. "Não é a Igreja, nem o PT, nem o PC do B que estão fazendo a subversão. Quem faz a subversão são os poderosos, aqueles que têm terra, afirmou o bispo, para depois exortar os milhares de posseiros a continuar com a ocupação. "Essas terras ocupadas devem ficar na mão do povo". Há uma semana, a Guarda Metropolitana - espécie de polícia municipal criada pelo prefeito Jânio Quadros -, ao tentar desocupar um dos terrenos invadidos na região de Guaianases, onde estão cerca de 300 famílias, matou com um tiro o pedreiro Adão Manoel da Silva, que tentava conseguir um terreno para construir seu barraco. A viúva de Adão, Ana Maria Santos da Silva, grávida e mãe de quatro filhos menores, participou do ato de ontem, ao lado de tia do pedreiro, Maria Luiza da Conceição. No fim da reunião, os posseiros fizeram uma coleta para construir a casa que deve substituir o barraco de madeira, de um cômodo, pelo qual Adão morreu com um tiro na cabeça. (JB - 6/4/87)